

Homens são maioria nas Câmaras da Região Serrana

Cenário não é incomum, casta política regional é dominada por grupos masculinos

Por Leandra Lima

N o último domingo, 6 de outubro, milhares de brasileiros foram às urnas decidir os próximos governantes do Legislativo e Executivo municipais. No resultado pode-se observar uma tendência que vem se mantendo nas escolhas dos eleitores: a maior parte votou em homens brancos e já conhecidos no meio político. Esse recorte está ligado ao retardo da inclusão feminina na vida política, que teve seus primeiros passos concretos em 1932, quando se foi garantido o direito ao voto às mulheres. Entrelaçado a isso há também um outro parâmetro que é cercado por estigmas machistas que atrasam ainda mais o avanço político do grupo feminino.

Uma pesquisa realizada em 2023 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontou que 84,45% da população tem preconceito contra o gênero feminino. Dentro do estudo, o setor político foi analisado separadamente e foi constatado que cerca de 39,9% dos brasileiros têm preconceito contra uma mulher, o que reflete nas escolhas e nos tratamentos das pautas voltadas para o grupo dentro das máquinas públicas.

Essa realidade fica ainda mais perceptível a cada eleição, em análise das eleições de 2024 o Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados (ONMP) mostra que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, apenas 27 cumpriram a cota



Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Santa Maria Madalena não elegeram mulheres para o legislativo

de pelo menos 30% de candidaturas e um máximo de 70% de candidaturas por sexo, conforme determina do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dominação masculina

No recorte da Região Serrana, todos os 16 municípios terão no próximo quadriênio, de 2025 a 2028, homens ocupando o dobro de cadeiras no legislativo. Dos 16 municípios da região, três elegeram somente homens para compor as cadeiras do legislativo, sendo eles: Santa Maria Madalena, Cachoeiras de Macacu e Guapimi-

rim. Este último, reelegeu uma mulher como prefeita, Marina Rocha (Agir), com 28.549 (86,12%) dos votos válidos.

Já os que elegeram mulheres foram: Petrópolis (3); Nova Friburgo (2); Teresópolis (3); São José do Vale do Rio Preto (1); Bom Jardim (2); Cantagalo (1); Carmo (1); Cordeiro (1). Duas Barras (1); São Sebastião do Alto (3); Macuco (1); Sumidouro (2); Trajano de Moraes (3).

Municípios vizinhos

Em Areal, Três Rios e Paraíba do Sul a configuração se

mantém a mesma da Região Serrana. Areal não elegeu nenhuma parlamentar feminina. Três Rios que conseguiu uma marca histórica na eleição de 2020 elegendo após 70 anos, quatro mulheres para integrar o quadro da Câmara Municipal, no quadriênio de 2021 a 2024, são 15 cadeiras, sendo atualmente ocupadas por 11 homens e quatro mulheres, teve um regresso elegendo para o próximo quatro anos apenas duas mulheres. Paraíba do Sul mantém o mesmo comportamento, de 13 cadeiras, apenas 1 é ocupada por uma mulher.

Percepção das eleitas em Petrópolis

Em Petrópolis, frente a nova característica da Casa Legislativa, apesar de ainda não ter atingido um nível de igualdade ideal, as eleitas comemoram a conquista entendendo que ainda há muito trabalho para a inclusão de mais mulheres nos espaços de poder municipal.

Gilda Beatriz (PP) vai entrar no seu quarto mandato: “Estou muito feliz porque teremos na próxima legislatura três mulheres. Isso é muito importante. Eu fiquei aqui

dois mandatos sozinha e isso só mostra a nossa força. Nós mulheres podemos ser o que a gente quiser”, disse.

Júlia Casamasso (Psol), fará seu segundo mandato, nesse novo momento ela enxerga novas possibilidades para uma política livre de violência de gênero: “A reeleição de Gilda Beatriz e o ingresso de Livia Miranda também expressam esse novo momento da política petropolitana, agora com três vereadoras na Câmara. Muitas vezes, somos nós mulheres as lideranças de organizações, movimentos, partidos e comunidades, e por isso, precisamos também ocupar esses espaços institucionais. Vamos seguir trabalhando muito e propondo leis como o estatuto da mulher parlamentar, para que mais mulheres trabalhadoras ingressem na política com segurança, livres de apagamento e da violência política”, expressou.

Prof. Livia Miranda (PCdoB) vai exercer seu primeiro mandato, para ela é um grande momento que possibilita a abertura de caminhos para futuras parlamentares: “Esse será um momento ímpar para a cidade. É uma grande oportunidade para criarmos uma frente de mulheres na Câmara para enfrentarmos a misoginia e o machismo tão presente na sociedade e na política. Em todo histórico das eleições municipais, nos 150 anos de existência da câmara, apenas 5 mulheres tinham sido eleitas. Esse cenário mudou, viemos para ficar e ocupar cada vez mais espaço”, enfatizou.

PSOL: partido de extrema esquerda disputa segundo turno em Petrópolis

Por Redação

Neste ano, Petrópolis terá em seu segundo turno na disputa pela Prefeitura dois partidos com base ideológicas distintas, concorrendo a cadeira no Executivo, o Progressistas da centro-direita e o PSOL da extrema esquerda. A cidade que tem perfil centrado no conservadorismo, basta olhar o resultado das últimas eleições, como em 2018, quando elegeu Jair Bolsonaro (PSL) com 102 mil votos (62,44%); e em 2022, quando também manteve o ex-presidente (PL) como o mais votado com 97.310 (55,23%), deve levar em conta as ideologias dos partidos dos candidatos para escolher o próximo prefeito. Neste ano, a disputa manteve a direita como favorita ao segundo turno, mas acabou tendo que decidir entre dois candidatos de esquerda PSB e PSOL para avançar para o segundo turno.

O PSOL - Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - é envolto em polêmicas desde a sua fundação, em 2005, quando foi criado a partir de uma ruptura com o Partido dos Trabalhadores (PT). Embora tenha se desvinculado da sigla, em muito esbarra com os ideais esquerdistas. O socialismo como forma de combate ao capitalismo, pautas liberais como a defesa do

aborto, da descriminalização de pequenos furtos, descriminalização do porte e do consumo por usuários de drogas.

Defesa do aborto

Desde o ano de 2017, o partido entra com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a criminalização do aborto pelo Código Penal, solicitando que torne inconstitucionais dois artigos do Código Penal, números 124 e 126, garantindo assim que mulheres que façam a interrupção da gravidez até a sua 12ª semana não sejam consideradas criminosas.

Em junho deste ano, o partido emitiu uma nota que não vai recuar de uma ação no STF para garantir direito ao aborto a vítimas de estupro. A ação questiona no Tribunal uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a utilização de uma técnica clínica para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. “Na prática, a resolução do CFM restringe o acesso a um direito adquirido e promove a perseguição de médicos que realizam o procedimento já garantido por lei”, diz a nota.

Pequenos furtos

O PSOL também apoia a descriminalização de pequenos



Partido é marcado na política por pautas de combate ao conservadorismo

furtos na Câmara dos Deputados. Ou seja, aqueles que cometerem crimes por necessidade ou de valores insignificantes, não haverá pena de prisão. O furto é a subtração de bens, sem que haja violência na ação. O projeto de lei do partido também determina que a ação penal em caso de furto só será levada adiante mediante queixa do ofendido. O Projeto de Lei 4540/21 foi apresentado pela deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) em setembro de 2022.

Drogas

Outra bandeira levantada e apoiada pelo partido é a descriminalização do porte e uso de

drogas. Assunto também é pauta no STF. Uma nota emitida pelo partido em 2023, diz que são defensores de uma abordagem “diferenciada, científica e responsável” no que diz respeito às drogas. “Acreditamos que a criminalização da usuária apenas perpetua um ciclo vicioso de estigmatização, marginalização e exclusão”, defende o Psol.

Gênero

O PSOL também entrou com recursos no STF contra a discriminação de identidade de gênero nas escolas. A ação acatada pelo STF em junho deste ano, visa coibir discriminações por gênero, identidade de gênero

ro e orientação sexual no âmbito escolar. Para “garantir o respeito à identidade das crianças e adolescentes LGBTQIA+ no ambiente escolar”.

O PSOL apontou que o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como os planos estaduais e municipais de educação, não faz menção direta ao enfrentamento específico das discriminações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual por parte das escolas. “O partido defende que as escolas devem ensinar crianças e adolescentes a conviverem com a diversidade, com especial atenção aos alunos pertencentes a mino-

rias e grupos vulneráveis”, disse em nota.

Contra a privatização

O PSOL é um partido que se posiciona contra as privatizações no Brasil, sustentando que o patrimônio público deve ser preservado e que as empresas estatais desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social do país. Em uma lista divulgada pelo partido em 2022, com 12 pontos que consideram essenciais para a reconstrução do país, está a retomada do controle público da Petrobrás. “Interromper medidas de privatização da empresa, promoção de uma política energética voltada à soberania nacional e mudança da atual política de preços dos combustíveis”, diz o texto.

Aumento de impostos para ricos e empresas

A proposta de taxação das grandes fortunas e o aumento de impostos sobre grandes empresas fazem parte do plano econômico do PSOL, que acredita ser necessário distribuir melhor a riqueza e diminuir a desigualdade social. No ano de 2010 representantes do partido na Câmara dos Deputados já eram a favor de instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas. Em agosto de 2024, o assunto voltou a ser debatido na Câmara.